



GT 20. Big data e thick data: pensando o lugar da antropologia digital

Coordenador(es):

Débora Krischke Leitão (UQAM - Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Raíra Bohrer dos Santos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Jair de Souza Ramos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3

Debatedor/a: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Nos últimos anos, eventos políticos importantes foram concebidos e produzidos utilizando a mineração e análise de dados nas redes e motores de busca. Dados estes, pertencentes a milhões de usuários que tiveram suas informações vasculhadas, roubadas e utilizadas através de metodologias específicas por governos, partidos políticos, think tanks e empresas privadas. Para além das crises políticas e éticas desencadeadas, a euforia em torno dos “big data” reforçou a idéia implícita de que essas metodologias de pesquisa e análises utilizadas não deixariam mais lugar para outras abordagens qualitativas. Debates em torno dos “thick data” surgiram como reação a essa perspectiva, propondo que abordagens mais etnográficas das plataformas digitais são necessárias para dar conta de uma cultura digital diversificada, ao mesmo tempo global/local, incorporando a dimensão das emoções, da experiência e do significado. O presente GT tem interesse especial em reunir pesquisas etnográficas sobre diferentes modos e estilos de envolvimento com as plataformas digitais enfatizando a produção de subjetividades e exercícios imaginativos de experimentação nos cruzamentos e hibridizações com a tecnologia. As plataformas digitais divergem entre si quanto aos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação -, ao mesmo tempo em que tornam a rede heterogênea, criando obstáculos às generalizações e reduções.

Discursos anti direitos em páginas do Facebook: uma abordagem etnográfica com auxílio de métodos digitais

Autoria: Bruno Dallacort Zilli de Jesus (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Tatiana de Laai

Esta pesquisa combina observação direta em espaços online com métodos digitais (Rogers, 2013) de construção de dados. Foi conduzida na plataforma Facebook, com um recorte temático sobre direitos sexuais e feminismo. Seu contexto é a reação conservadora no Brasil da era Bolsonaro, especificamente ataques aos direitos de mulheres, direitos LGBT, ações afirmativas e a defesa dos direitos humanos. Investiga o papel das mídias sociais na disseminação destes discursos anti direitos e de reações a ele marcadamente pró direitos. Utilizando o mecanismo da própria plataforma foi realizada uma busca de cerca de 20 palavras-chave pertinentes a este tema (ex: aborto, gênero, família, feminismo, kit gay, PL 122, heterofobia, homofobia). Foram selecionadas 48 páginas de Facebook a partir de critérios de diversidade de escopo temático, métricas e formas de engajamento; sendo então classificadas como anti direitos (28), pró direitos (17), ou neutras (3). Foram observados aspectos qualitativos a partir da interpretação das vozes dos atores das páginas; e



informações próprias do desenho das plataformas. Também foi utilizada a ferramenta digital Facepacer para coleta de dados de postagens destas páginas, abarcando todo o seu conteúdo e métricas de engajamento até Janeiro de 2020. A análise destes dados está em andamento e indica a importância de refletir sobre a produção de conexões entre diferentes plataformas de mídia social, especialmente na disseminação de discursos e vozes - como de youtubers, políticos e demais atores - que representam uma vertente relevante da reação conservadora que tem as mídias sociais online como palco privilegiado e é associada direta ou indiretamente com o governo Bolsonaro.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: